

A economia política e suas falácias

Por que é importante criticar e repensar

On political economy and its fallacies
Why critiques and rethinking matter

utsa patnaik*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.010>

Reprodução: National Library of Wales/Wikimedia



Coal Brook, Monmouthshire (1831), de Henry G. Castineau. Gravura em aço antigo. 90 × 142 cm.
A ilustração retrata uma paisagem do sudeste do País de Gales durante a Revolução Industrial no início do século XIX

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre questões chave e falácias que estão na origem da economia política. Argumenta-se, quanto ao problema da produção de conhecimento, que a formulação de teorias factual e logicamente incorretas tem início com a economia política clássica inglesa. A economia política desenvolvida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII — um período em que o país assistiu a um rápido aumento do seu comércio, especialmente com suas colônias, ao mesmo tempo que fazia a transição para a produção industrial — avançou com base em falácias verbais e materiais e em silenciamentos que são reproduzidos até hoje na historiografia e na economia.

Palavras-chave: Economia política. Imperialismo. Colonialismo. Protecionismo comercial. Escoamento de riquezas.

ABSTRACT

This article provides a reflection on key issues and fallacies that lie at the origins of political economy. It is argued that, as regards the problem of knowledge production, the formulation of factually and logically incorrect theories begins with English classical political economy. Political economy as developed in England in the second half of the eighteenth century — a period which saw a rapid increase in its trade especially with its colonies of conquest, while also making the transition to factory production — proceeded on the basis of verbal and material fallacies and silences which have been reproduced in historiography and the discipline of economics to this day.

Keywords: Political economy. Imperialism. Colonialism. Trade protectionism. Drain of wealth.

1. INTRODUÇÃO

Sam Moyo e eu, juntamente com Issa Shivji, somos coautores de um pequeno livro intitulado *The agrarian question in the neoliberal era: primitive accumulation and the peasantry* (PATNAIK; MOYO; SHIVJI, 2011). Esse livro, entre outros temas, questionou a acolhida interpretação sobre uma revolução agrícola baseada no aumento da produtividade no primeiro país industrializado do mundo. A morte prematura e trágica de Sam devastou a todos nós, mas nos deixou ainda mais determinados a levar adiante o projeto de questionar os conhecimentos recebidos, no intuito de descobrir a verdadeira história da ascensão do capitalismo industrial e o resultante retrocesso das sociedades do Sul que haviam se tornado colônias das nações da Europa Ocidental. A base factual dessa história foi ofuscada em grande parte da literatura, e sua base teórica é, do ponto de vista lógico, altamente suspeita.

Quando me pediram para falar nesta palestra sobre o problema da produção de conhecimento no Sul global, me ocorreu que o problema, na verdade, era o da produção de conhecimento no Norte global, pois os educados nos países do Sul leem os livros didáticos e estudam as teorias que provêm das universidades do Norte. Se a antropologia é filha do imperialismo, como Gough (1968) argumentou, em grau ainda maior a teoria econômica é sua filha, pois os interesses econômicos dos países do Norte global estão diretamente entrelaçados com as teorias de economia política desenvolvidas em suas universidades.

Os escritores mercantilistas dos séculos XVII e XVIII na Europa estavam preocupados principalmente com o comércio exterior e seus efeitos nas economias centrais, pois escreviam em um momento em que o violento expansionismo e o comércio de longa distância de seus países aumentavam rapidamente. Não havia uma disciplina específica chamada *economia* até a segunda metade do século XIX. Quem escrevia sobre economia política estudava filosofia moral e história. Entre os economistas clássicos, Adam Smith era versado em ambas as áreas quando escreveu *A riqueza das nações*. Karl Marx elaborou uma tese de doutorado em Filosofia sobre Demócrito e Epicuro antes de realizar seu *magnum opus*, o estudo do capitalismo em *O Capital*. David Ricardo, no entanto, foi uma exceção; corretor de títulos por profissão, ele modestamente admitiu não ter estudado nem filosofia nem história, o que fica muito evidente quando se lê com olhar crítico a sua obra *Princípios de economia política e tributação* (RICARDO, 1986). Apesar da grande perspicácia que tinha na área da lógica formal, ele não pôde evitar erros simples de lógica aplicada, principalmente quanto a dois aspectos.

Primeiro, Ricardo cometeu uma falácia verbal ao usar, sem qualquer explicação, uma definição diferente para *renda da terra*, desvinculando-a completamente da propriedade da terra e da concentração da propriedade (que havia sido apontada como a razão precisa da renda por Adam Smith e, mais tarde, por Karl Marx), inclusive enquanto criticava Smith sobre a questão da renda. Em segundo lugar, Ricardo cometeu uma falácia material em sua teoria sobre comércio, segundo a qual a especialização consoante as vantagens comparativas de custos necessariamente beneficia os parceiros comerciais, ignorando o fato de que uma grande variedade de bens efetivamente negociados não poderia ser produzida de jeito nenhum nas terras temperadas frias onde os países avançados de hoje estão localizados. Portanto, o custo de produção não se aplicava a esses bens. Essas duas falácias serviram a uma importante função apologetica: a primeira por desviar a atenção da extração de renda sob o arrendamento parasitário, e a segunda por postular que todo comércio baseado na especia-

A “mão invisível” de Adam Smith era um fantasma na máquina da produção capitalista, que, supostamente, produziria o desenvolvimento harmonioso da divisão do trabalho e do comércio prescindindo de qualquer planejamento consciente. A realidade, porém, era bem diferente, pois essa “mão invisível” não existia. Foram as bem visíveis ações de Estados altamente agressivos e belicosos que sustentaram os esforços das emergentes classes capitalistas nos Estados europeus marítimos

lização era benéfico para ambas as partes, quando era exatamente o oposto¹ que se aplicava ao comércio colonial².

Esses erros lógicos nunca são mencionados na literatura moderna, e certamente os escritores de livros didáticos os têm encoberto, muito provavelmente porque as teorias de Ricardo não apenas serviam muito bem aos interesses da Inglaterra como potência industrial em ascensão, mas porque também servem aos interesses atuais dos países capitalistas desenvolvidos em relação ao Sul global.

Embora, quando estudantes, tenhamos aprendido que havia sérios problemas com a economia neoclássica, considerava-se que os principais economistas clássicos eram virtualmente infalíveis e deviam ser tratados com respeito. Apesar de ser incontestável o fato de que todos os estudiosos sérios devem ser tratados com respeito, muitas décadas de ensino e reflexão convenceram a esta escritora de que, no que concerne ao problema da produção de conhecimento, a formulação de teorias factual e logicamente incorretas começa com a economia política clássica inglesa. Isso não surpreende, porque a economia política se desenvolveu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII durante um período em que seu comércio estava crescendo rapidamente, especialmente o desenvolvido com suas colônias, e aquele também foi seu período de transição para a produção fabril. Havia uma íntima

¹ N. do E.: parece ter havido aqui um lapso na redação original, uma vez que, no contexto, o uso da expressão “precisamente o oposto” (“precisely the opposite”) conduz a duas conclusões possíveis — duplicidade que por si mesma já eliminaria o caráter de precisão atribuído à inferência: ou se entende que *nenhum* comércio baseado na especialização seria *benéfico* para ambas as partes ou que *todo* comércio baseado na especialização seria *prejudicial* a ambas as partes. Ao que tudo indica, no entanto, o propósito nessa passagem foi afirmar que o comércio colonial *favorece somente à metrópole*.

² Para uma discussão sobre essas falácias, ver Patnaik (2005; 2007).



Pintura rupestre simbolizando atividades agrícolas no Distrito Arqueológico de Crow Canyon, noroeste do Novo México

conexão econômica entre os dois processos, mas, é claro, essa conexão nunca é mencionada na literatura atual sobre a primeira transição industrial. Na Inglaterra daquela época, alguns escreveram com honestidade sobre a conexão entre a exploração colonial e a transição industrial doméstica. Subsequentemente, porém, esses escritores passaram a ser ignorados, e foi assiduamente promovida uma narrativa na qual a dinâmica puramente interna é identificada como o motor da primeira transição industrial.

2. O MITO DA “MÃO INVISÍVEL”

A “mão invisível” de Adam Smith era um fantasma na máquina da produção capitalista, que, supostamente, produziria o desenvolvimento harmonioso da divisão do trabalho e do comércio prescindindo de qualquer planejamento consciente. A realidade, porém, era bem diferente, pois essa “mão invisível” não existia. Foram as bem visíveis ações de Estados altamente agressivos e belicosos que sustentaram os esforços das emergentes classes capitalistas nos Estados europeus marítimos — Espanha, Portugal, França, Holanda e Grã-Bretanha —, os quais lutaram arduamente entre si para obter controle sobre rotas comerciais lucrativas e para conquistar colônias. A competição foi especialmente intensa no que dizia respeito às rotas comerciais para regiões tropicais e ao domínio sobre os povos que habitavam esses espaços.

Precisamos nos lembrar de uma realidade material flagrante que é completamente ignorada na literatura sobre a economia política relativa ao surgimento da industrialização capitalista: o fato de que os países europeus temperados frios tinham uma base de recursos primários muito pobre no início de seu processo de desenvolvimento; apesar do aumento



Reprodução

As primeiras rotas das Grandes Navegações

substancial do rendimento de suas colheitas nos tempos modernos, eles ainda permanecem presos a uma quantidade severamente limitada de culturas produzíveis apenas durante os poucos meses quentes de verão, pois no inverno o solo se congela e não produz nada. Nenhuma mudança tecnológica sob o capitalismo pode alterar fatores climáticos que tornavam a monocultura obrigatória para aqueles países. Os países tropicais, por outro lado, podiam se dedicar, além da produção de madeiras de lei tropicais e da arboricultura, a pelo menos duas grandes culturas por ano. Podiam se voltar, no inverno, a todas as culturas produzíveis no verão em terras temperadas frias, e, na estação das monções, a uma vasta gama de culturas — cereais, vegetais, culturas de fibras, estimulantes, adoçantes, frutas e vegetais — que nunca poderiam ser produzidas em terras temperadas e frias. Em áreas favorecidas, como nos deltas dos grandes rios, eles colhiam até três safras anualmente.

À parte as culturas tropicais, cuja produção era impossível para os países temperados frios do Norte, eles podiam cultivar anualmente apenas uma safra de cereais, o principal alimento humano e de ração animal, semeada durante a primavera, de abril a maio, e colhida seis meses depois. Durante os meses de inverno, de novembro a março, o solo estava congelado e nele nem uma folha de grama poderia crescer. A “safra do inverno” era semeada no outono; as sementes permaneciam dormentes durante o inverno e a colheita só podia ser realizada de oito a nove meses depois, no verão do ano seguinte. Mesmo os países europeus temperados quentes, banhados pelo Mediterrâneo, eram no passado como são até hoje forçados a se dedicar a um único regime de cultivo ao longo do ano, em que pese ao menos contarem com a dádiva das videiras e oliveiras. Até hoje, apesar de seu maior rendimento por unidade de área, devido à monocultura, os 27 países da União Europeia juntos produziram 286 milhões de toneladas de cereais em 2020, ante 303 milhões de toneladas de cereais colhidos em somente um país, a Índia; os Estados Unidos, com a maior área arável e a maior produção por unidade de área do mundo, produziram 400 milhões de toneladas, contra 503 milhões de toneladas na China.

Mais importante ainda é ressaltar novamente que a Índia e a China, assim como outros países do Sul global, produziam no verão e na estação das monções, além de grãos, uma ampla gama de culturas tropicais jamais produzidas na Europa e na América do Norte,

Wikimedia



Adam Smith (1723-1790)

Wikimedia



David Ricardo (1772-1823)

enquanto em áreas favorecidas, como os deltas dos grandes rios, foram produzidas até três culturas anualmente. Em terras temperadas frias, a produção não apenas de culturas tropicais, mas de suas próprias culturas de verão ao longo do inverno, era nula no passado, é nula atualmente e permanecerá nula no futuro. O abastecimento comercial de safras tropicais de fontes domésticas era e continua sendo nulo, seja a que preço for. A cesta de produtos de consumo das populações do Norte era extremamente limitada e monótona quando composta de bens produzidos localmente. Não apenas alimentos, mas também fibras para roupas eram restritos à lã e à fibra obtida da planta de linho, que era usada para produzir linho mais caro. O algodão cru não podia ser produzido em terras temperadas frias, embora os verões fossem quentes o suficiente para criar uma demanda por roupas de algodão.

Foi somente depois de iniciar o comércio à mão armada com os países do Sul e de adquirir colônias em áreas tropicais que a cesta de produtos de consumo europeia começou a se diversificar e melhorar, à medida que os bens adquiridos totalmente de graça, usando tributos coloniais arrecadados localmente ou bens que incorporavam a renda escravista, começaram a jorrar das colônias. As colônias de assentamento dos europeus ao extremo sul do Equador, como a África do Sul e a Austrália, que experimentavam o verão quando era o auge do inverno na Europa, também permitiram a esta adquirir bens não produzíveis em suas próprias terras, tal como aconteceu no Sul dos atuais Estados Unidos.

Durante sua fase de industrialização, a partir da metade do século XVIII, a Grã-Bretanha tornou-se deficitária em grãos e, com efeito, viu cair sua produção de grãos *per capita* no período de 1700 a 1850. Os grãos para consumo humano também são usados como ração para animais, sendo a tração animal aplicada ao transporte de produtos e pessoas, a operações agrícolas como a aragem, ao transporte em minas de carvão e para puxar barcaças. Os combustíveis fósseis começaram a ter importância na Europa apenas a partir de meados do século XIX. A Grã-Bretanha explora intensivamente sua primeira colônia, a Irlanda, para cobrir o déficit de grãos e produtos lácteos, além de importar grãos e outros produtos primários da América do Norte. Uma pré-condição para essa aquisição de *commodities* primárias de suas colônias era monopolizar o mercado colonial para seus próprios produtos (e, assim, reduzir seu déficit comercial), implementando de modo rigoroso medidas mercantilistas que

proíbiam as colônias de produzir certos produtos e que protegiam prolongadamente o mercado interno contra a importação de manufaturas muito mais baratas, especialmente têxteis, de terras tropicais.

3. POLÍTICAS DE DISCRIMINAÇÃO MERCANTIL E SILÊNCIOS ENSURDECEDORES NA LITERATURA

As políticas mercantilistas consistiam em proibir as colônias de produzirem os produtos manufaturados que eram percebidos como concorrentes reais ou mesmo potenciais dos produtos metropolitanos, e em insistir nos produtores coloniais primários para suprir as necessidades metropolitanas. Após as colônias norte-americanas da Inglaterra terem conquistado a independência, Adam Smith diz o seguinte, em *A riqueza das nações*:

A causa primordial do rápido progresso de nossas colônias americanas rumo à riqueza e à grandeza reside no fato de terem até agora aplicado quase todos os seus capitais na agricultura. Não têm manufaturas, excetuadas as domésticas e menos refinadas, que acompanham necessariamente o progresso da agricultura, manufaturas essas devidas ao trabalho das mulheres e das crianças, em cada família.

[...] Se os americanos, por conluio ou por algum outro tipo de violência, deixassem de importar manufaturados europeus, e reservassem a patricios seus o monopólio da fabricação desses bens, desviando assim parte considerável de seu capital para a manufatura, em vez de acelerarem o ulterior crescimento do valor de sua produção anual, haveriam de retardá-lo e, ao invés de promoverem o progresso de seu país rumo à riqueza e à grandeza reais, haveriam de obstruí-lo (SMITH, 1986, p. 466)³.

Não poderíamos achar um exemplo mais claro de conselho em benefício próprio, segundo o qual, mesmo após a independência, os colonos de outrora eram instruídos a permanecer agricultores e a não tentar substituir as importações de manufaturas (na prática, importadas apenas da Inglaterra) por meio do desenvolvimento da sua própria capacidade fabril. Na verdade, esse conselho de Adam Smith era mais do que meramente egoísta, pois foi seguido precisamente o curso oposto, de proteger o mercado inglês, sem quaisquer críticas dele ou de David Ricardo no que diz respeito às próprias importações da Grã-Bretanha de manufaturas da Ásia realizadas pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, compreendendo têxteis de algodão da Índia, tapetes da Pérsia e afins. A Grã-Bretanha empreendeu todos os esforços para acabar com o uso no país de têxteis importados da Ásia, por meio de medidas que, embora inicialmente talvez não pretendessem fazê-lo, acabaram por promover a substituição de importações e permitiram que ela desenvolvesse sua própria capacidade fabril. O relato mais detalhado e acadêmico da célebre história de como um país que não produzia a matéria-prima, o algodão bruto, baseou sua Revolução Industrial em produtos têxteis de algodão, é de Mantoux (1970), em seu clássico *The Industrial Revolution in the eighteenth century* (a Revolução Industrial no século XVIII), originalmente publicado em francês em 1913.

Durante a maior parte do século anterior à publicação de *Riqueza das nações*, de Adam Smith, de 1700 até 1774, adotou-se na Inglaterra a completa proibição legal do con-

³ N. do E.: a versão para o português da citação foi extraída da passagem correspondente na seguinte edição brasileira da obra em pauta: SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 363.

Ignorar completamente um período tão longo de protecionismo do mercado britânico contra produtos estrangeiros de baixo custo, bem como seus efeitos econômicos internos, não é um ato medíocre de falsificação acadêmica, intencional ou não. Significa que, assim como no passado, mantém-se até hoje um silêncio ensurdecedor sobre as condições reais em que a transição industrial realmente ocorreu

sumo de algodão puro importado da Índia e da Pérsia, tecido que naquela época os ingleses não tinham capacidade para produzir. Um tecido grosseiro chamado fustão, mistura de algodão e linho, podia ser produzido por artesãos ingleses e era usado pelos trabalhadores pobres, mas certamente não substituía, aos olhos dos consumidores, as musselinas finas e chitas estampadas e tingidas importadas. A importação de têxteis asiáticos pela Companhia das Índias Orientais começou em 1600 e, à medida que o público inglês desenvolvia um crescente apetite por esses produtos, os poderosos fabricantes tradicionais de tecidos de lã passavam a ver as importações como uma perigosa concorrência para a lã. Eles então solicitaram ao Parlamento, com sucesso, uma proibição total do consumo de algodão puro, proibição que entrou em vigor em 1700. Mas, como o contrabando e certo uso de algodão puro importado continuaram, a lei foi reforçada em 1720, impondo multas de £ 5 a indivíduos que usassem algodão e de £ 20 a comerciantes que os vendessem — a título de comparação, a renda anual *per capita* na Inglaterra em 1721 era de £ 8,4. Era necessária muita coragem para ir contra a proibição, pois, além das multas, havia a reação direta dos tecelões, que atacavam pessoas que vestissem algodão e rasgavam suas roupas.

A proibição prolongada incentivou fortemente o atendimento à demanda reprimida por meio da produção de substitutos na Inglaterra. Mantoux (1970, p. 201)⁴ afirma que “[j]á no tempo em que a importação de panos das Índias não estava submetida a nenhuma restrição, a demanda por ela criada oferecia possibilidades de sucesso e fortuna a quem fosse capaz de imitá-los. Após a proibição de 1700, essas possibilidades aumentaram muito.” A proibição criou o clima econômico para experimentos repetidos e inicialmente fracassados com meios mecânicos de fiação de fios finos; apesar dos grandes esforços, aos produtores locais “faltavam a habilidade e os dedos ágeis” dos artesãos indianos. “Não podemos imaginar proteção mais completa: assegurava aos produtos um verdadeiro monopólio no mercado nacional.” (MANTOUX, 1970, p. 256)⁵

4 N. do E.: a versão em português foi transcrita de MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: Hucitec, 1957. p. 190.

5 N. do E.: *ibid.*, p. 250.

Friedrich List observou, sem surpresas, que as medidas de economia política propostas na Grã-Bretanha eram a um só tempo hipócritas e inteligentes. Seus principais expoentes defendiam o livre-comércio, mas praticavam o protecionismo. Seu objetivo era racional, ao promover as próprias “forças de produção”, à custa de extinguir a capacidade produtiva dos colonizados

Não há menção, muito menos objeção, de Adam Smith a essa proibição completa de têxteis asiáticos por três quartos de século, assim como também não há nenhuma referência de David Ricardo a ela em seus *Princípios de economia política e tributação*. Ao longo de 50 anos após a proibição, as tentativas de imitar os bens proibidos falharam, pois as máquinas de fiação experimental não eram comercialmente viáveis e muitos dos inovadores foram atacados fisicamente, sendo alguns forçados a deixar o país. Demorou mais um quarto de século para que os inovadores finalmente desenvolvessem uma máquina viável — a *spinning jenny*, de Hargreaves, foi aperfeiçoada, gerando a *water frame* e a *spinning mule* —, a fim de produzir mecanicamente um fio forte e fino o suficiente para tecer produtos potencialmente comparáveis aos produtos asiáticos proibidos. Em 1774, Arkwright fez uma bem-sucedida petição ao Parlamento, afirmando que, como o tecido de algodão puro já podia então ser produzido na Inglaterra, geraria empregos para compensar as perdas da indústria de lã, não havendo, portanto, justificativa para manter a proibição do consumo de tecidos.

A proibição foi revogada, mas impuseram-se altas tarifas aos têxteis asiáticos para mantê-los fora do mercado inglês. Entre 1787 e 1813, a tarifa *ad valorem* para chitas estampadas e tingidas subiu de 16,5% para 85%, enquanto para musselinas aumentou de 18% para 44%. A proibição prolongada, seguida do aumento das tarifas, foi sem dúvida a medida mercantilista mais importante que a Inglaterra já implementou, estimulando repetidas tentativas de inovação mecânica na fiação e tecelagem para obter substitutos domésticos. D. S. Landes, ao discutir as mudanças técnicas nos tecidos de algodão, nada tem a dizer sobre as condições econômicas do protecionismo prolongado contra a Índia, que tornaram lucrativas aquelas mudanças. Passaram-se 30 anos completos entre a primeira *jenny* de fiação experimental, de 1735, e a *jenny* de Hargreaves, de 1765.

Todos os principais historiadores da Revolução Industrial e da evolução tecnológica (que publicavam seus trabalhos, sobretudo, embora não exclusivamente, em Cambridge, no Reino Unido) ignoram completamente o protecionismo. Os únicos relatos factuais e objetivos das prolongadas políticas mercantilistas de

discriminação da Grã-Bretanha contra os têxteis asiáticos encontram-se nos escritos de acadêmicos da Europa Continental, da Índia e dos Estados Unidos, a começar por Friedrich List (1856), amplamente citado por Dutt (1970). Um relato detalhado das políticas mercantis que sustentam a ascensão da indústria têxtil da Grã-Bretanha foi fornecido por Mantoux (1970), ao passo que Baran (1953) escreveu extensivamente sobre a discriminação contra a Índia.

Essas políticas mercantilistas contra a importação de produtos têxteis asiáticos, as quais prevaleceram por quase 150 anos, bem como o trabalho dos autores supramencionados que as discutiram, não são referidas sequer em uma nota de rodapé, muito menos no texto principal das obras-padrão de história econômica da Revolução Industrial que os alunos leem nas principais universidades britânicas. Entre esses livros, incluem-se: *British economic growth (1688-1959): trends and structure*, de Deane e Cole (1969); *The economic history of Britain since 1700*, de Floud e McCloskey (1981), em dois volumes; *The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*, uma história das transformações técnicas, de Landes (1969); e as amplamente lidas obras de E. J. Hobsbawm, especialmente *Industry and empire: from 1750 to the present day* (HOBBSAWM, 1972). Mesmo que Hobsbawm diga que “quem fala da Revolução Industrial, fala do algodão”, não há uma palavra sobre as políticas protecionistas prolongadas que a Inglaterra adotou para impedir a entrada de têxteis de algodão asiático, as quais duraram mais do que qualquer regime protecionista já visto na história.

Christopher Hill, o eminente historiador marxista, em seu *Reformation to Industrial Revolution: 1530-1780* (HILL, 1969), descreve especificamente as políticas mercantilistas que proibiam os irlandeses de produzir tecidos de lã para que tivessem de importá-los da Inglaterra, e que também proibiam os colonos norte-americanos de fabricar uma grande variedade de artigos, de tecidos e chapéus a pregos para ferraduras. Surpreendentemente, no entanto, Hill também não faz menção à mais importante e prolongada discriminação mercantilista inglesa, aquela contra a Índia, sem a qual teria sido impossível o algodão se tornar o principal ramo da Revolução Industrial.

Não estamos aqui falando de *eurocentrismo* — na verdade, foram historiadores da economia europeus, como Friedrich List e Paul Mantoux (e mais tarde Paul Baran, que foi um imigrante europeu de primeira geração nos Estados Unidos), que discutiram extensamente o protecionismo britânico. Falamos de competência básica para pesquisar e escrever sobre história econômica, o que exige que informações factuais importantes não sejam suprimidas, pois nesse caso se cria uma imagem distorcida e falsa das condições reais sob as quais a transição industrial ocorreu. A distorção decorre não tanto de atos de comissão, mas de atos de omissão verdadeiramente heroicos, graças aos quais a mais importante política econômica, que perdurou de várias maneiras por quase um século e meio, é simplesmente ignorada, é não se faz nenhuma referência aos poucos autores que discutiram essa política, embora eles estivessem longe de ser obscuros, sendo na verdade escritores eminentes e bem conhecidos. Ignorar completamente um período tão longo de protecionismo do mercado britânico contra produtos estrangeiros de baixo custo, bem como seus efeitos econômicos internos, não é um ato medíocre de falsificação acadêmica, intencional ou não. Significa que, assim como no passado, mantém-se até hoje um silêncio ensurdecedor sobre as condições reais em que a transição industrial realmente ocorreu.

Os economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo promoveram assiduamente a ideia de que o “livre-comércio” que eles defendiam prevaleceu pelo seu simples silêncio

O tratamento dado à Primeira Revolução Industrial pelos historiadores econômicos que escrevem na Inglaterra, e mais tarde também por acadêmicos da América do Norte, ilustra muito claramente os profundos preconceitos que conduziram a uma análise factual completamente errada do processo, retratado como um esplendor isento de esforços e livre de discriminação contra os povos colonizados

a respeito das políticas mercantilistas de discriminação que seu próprio país seguia, mesmo enquanto Smith, particularmente, aconselhava outros países a não proteger suas economias. Friedrich List observou, sem surpresas, que as medidas de economia política propostas na Grã-Bretanha eram a um só tempo hipócritas e inteligentes. Seus principais expoentes defendiam o livre-comércio, mas praticavam o protecionismo. Seu objetivo era racional, ao promover as próprias “forças de produção”, à custa de extinguir a capacidade produtiva dos colonizados.

Como observou List (apud DUTT, 1970a, p. 208), ao falar dos ingleses:

Se tivesse sido sancionada a livre importação de produtos indianos de algodão e seda para a Inglaterra, as manufaturas inglesas de algodão e seda chegariam necessariamente a um impasse. A Índia não tinha apenas a vantagem da mão de obra e matéria-prima mais baratas, mas também séculos de experiência, habilidade e prática. O efeito dessas vantagens não poderia deixar de se fazer sentir sob um sistema de livre concorrência⁶.

Diz Dutt (1970a, p. 209) sobre a Inglaterra:

Como se poderia esperar que o país cedesse seu próprio mercado de manufaturas, a base de sua futura grandeza, para um povo tão numeroso, tão parcimonioso, tão experiente e perfeito nos antigos sistemas de manufatura como os hindus? Assim, a Inglaterra proibiu a importação das mercadorias negociadas por suas próprias fábricas, os tecidos indianos de algodão e seda. A proibição era completa e peremptória. Nem mesmo um fio deles a Inglaterra permitia que fosse usado. A dispor desses tecidos bonitos e baratos, o país preferia consumir seus próprios, inferiores e caros. No entanto, estava bastante disposto a fornecer às nações continentais os tecidos muito mais finos da Índia a preços mais baixos, e de bom grado cedeu a elas todo o benefício dessa pechincha⁷.

Note-se, em nome da precisão, que na verdade a Inglaterra proibiu não a importação de manufaturas indianas, mas a venda delas no país. A Companhia das Índias Orientais importou volumes crescentes de têxteis indianos por mais de 140 anos após a proibição de

⁶ N. do T.: tradução nossa.

⁷ N. do T.: tradução nossa.

1700, e foi autorizada a armazenar as mercadorias em portos ingleses, adicionar a seu custo uma margem de 15% e reexportá-las principalmente para a Europa Continental e o Caribe. O comércio era muito valioso para a Grã-Bretanha porque representava um verdadeiro sangramento da Índia. Esses bens eram obtidos completamente de graça pela Companhia, já que se pagava aos produtores indianos com as rúpias arrecadadas mediante impostos; e toda a enorme quantia de metais preciosos que esses produtos renderam quando reexportados foram para os cofres da Grã-Bretanha.

4. AINDA SOBRE ESTIMATIVAS COMERCIAIS INCORRETAS

O tratamento dado à Primeira Revolução Industrial pelos historiadores econômicos que escrevem na Inglaterra, e mais tarde também por acadêmicos da América do Norte, ilustra muito claramente os profundos preconceitos — que talvez fossem inconscientemente alimentados por ao menos alguns, se não todos os autores — que conduziram a uma análise factual completamente errada do processo, retratado como um esplendor isento de esforços e livre de discriminação contra os povos colonizados.

Esses preconceitos, contudo, não se limitam à academia do Norte; a maioria dos colaboradores da obra *Cambridge economic history of India*, vol. 2 (KUMAR; DESAI, 1984), é de acadêmicos indianos, e muitos seguem acriticamente o caminho escorregadio da apologetica estabelecido por seus mentores. Nesse livro, nem K. N. Chaudhuri, no capítulo “Comércio exterior e balança de pagamentos”, nem Morris D. Morris, que trata especificamente da produção têxtil indiana, fazem qualquer menção às políticas mercantis metropolitanas de protecionismo contra os têxteis indianos.

Os silêncios e a supressão de fatos que apontamos até agora decorrem de um viés básico, o de ignorar o grande impacto positivo da exploração colonial comercial que envolve o escoamento de riquezas para economias metropolitanas e promover a ideia de que havia uma dinâmica puramente interna que resultou em mudanças técnicas e industrialização. O resultado mais bizarro dessa deturpação quase universalmente adotada foi que praticamente todos os historiadores de economia britânicos que estudam os séculos XVIII e XIX e realizam trabalhos empíricos apresentaram estimativas comerciais históricas incorretas para a Grã-Bretanha, subestimando grosseiramente a extensão real do comércio do país.

Afinal, há uma dimensão conceitual e técnica nos termos usados na economia. Os historiadores econômicos não podem simplesmente, sem qualquer explicação, aplicar a seu bel-prazer conceitos de estimativa de dados cujos significados difiram dos aceitos na economia. A definição para comércio nacional de mercadorias que os historiadores econômicos da Grã-Bretanha têm aplicado arbitrariamente (começando com Deane e Cole, que não dão uma palavra de explicação sobre sua razão para fazê-lo) se refere a exportações, mas apenas os bens de exportação produzidos internamente, e a importações, somente a parte retida para uso interno do país; assim, a parte das importações reexportada é completamente excluída, tanto das cifras de importação quanto das de exportação.

Essa não é a definição correta de comércio de mercadorias de um país. A definição correta de exportações é o total de exportações, e a definição correta de importações é o total de importações, sendo que, se houver reexportações de parte das mercadorias importadas, essas importações reexportadas serão incluídas nas importações e também nas exportações. O comércio total de um país é a soma de suas exportações totais e importações totais. A

definição correta pode ser encontrada em todos os livros didáticos de macroeconomia para uma economia aberta, e é aplicada por todas as organizações que forneçam dados comerciais por país (Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional). Faz grande diferença se, como fazem os historiadores econômicos, um conceito incorreto é utilizado para estimar a magnitude do comércio de potências imperialistas como Grã-Bretanha, França e Holanda, já que todas elas tiveram um grande comércio de reexportação de mercadorias tropicais. Não estudamos as séries temporais referentes à França ou à Holanda, mas estimamos as séries temporais corretas da Grã-Bretanha e descobrimos que a diferença é muito grande: por exemplo, a estimativa incorreta que fazem Deane e Cole (1969) para as exportações e importações da Grã-Bretanha, deixando de fora as reexportações, dá uma relação comércio/PIB de 36% no triênio centrada em 1801, enquanto pela definição correta a relação comércio/PIB é de 58%⁸.

Estimativas históricas incorretas sobre a magnitude do comércio da Grã-Bretanha são apresentadas não apenas por Deane e Cole, mas, a exemplo deles, agora no que tange ao século XIX, também por Thomas e McCloskey (1981), Crafts (1985), Harley e McCloskey (1981) e muitos outros. A propósito, Adam Smith, escrevendo dois séculos antes, nunca se confundiu quanto a esse tema, explicando longamente que os bens importados pela Grã-Bretanha que excediam as necessidades do país eram reexportados, com o propósito de comprar outros bens, como matérias-primas e alimentos necessários para sua própria produção e consumo.

5. A ÁFRICA, SEGUNDO HEGEL: NÃO EUROCENTRISMO, MAS GERMANOCENTRISMO

O filósofo G. W. F. Hegel teve profunda influência sobre muitas gerações de estudiosos, incluindo, como sabemos, Karl Marx e Friedrich Engels, que desenvolveram suas ideias em oposição às dele. Algumas palestras de Hegel foram compiladas por seus alunos e publicadas após sua morte, em 1831, como *Filosofia da história*, que despertou muita controvérsia devido aos comentários extremos e mal-informados que Hegel (1975, p. 54) fez sobre o mundo fora da Europa cristã:

pode-se dizer que história universal é a representação do espírito no esforço de elaborar o conhecimento do que ele é em si mesmo. E, como a semente carrega em si toda a natureza da árvore, o sabor e a forma dos frutos, assim os primeiros traços do espírito já contêm também, virtualmente, toda a história. Os orientais ainda não sabem que o espírito, ou o homem como tal, é livre em si mesmo; e porque não o sabem, eles não o são. Eles sabem apenas que só um ser humano é livre [...]. Só entre os gregos é que surgiu a consciência da liberdade, e por isso eles foram livres; mas eles, bem como os romanos, sabiam somente que alguns eram livres, e não o homem como tal [...]. Só as nações germânicas, no cristianismo, tomaram consciência de que o homem é livre como homem, que a liberdade do espírito constitui a sua natureza mais intrínseca⁹.

As palavras *livre* e *liberdade* talvez sejam os mais problemáticos e mal aplicados termos já usados na história das nações. O governo da terra natal de Hegel, a Alemanha,

⁸ Para tabelas detalhadas, ver Patnaik (1999; 2011).

⁹ N. do E.: versão para o português reproduzida de: HEGEL, Georg W. F. *Filosofia da história*. Brasília: Editora UnB, 1995. p. 24.

Esse extraordinário estado de coisas e a completa hegemonia intelectual exercida pelo imperialismo são resultado da criação de um sistema de educação colonial e, ao longo de muitas décadas, da inculcação na elite local de uma subserviência intelectual à academia conservadora do Norte — um notável “êxito” dos imperialistas. Isso garantiu que, por meio de silêncios ensurdecadores e atos de omissão, a falsa história produzida pela academia no exterior fosse efetivamente transmitida através de elites educadas locais

um século depois, fixou a infame frase “*Arbeit macht frei*” (o trabalho liberta) em letras de ferro forjado acima dos portões do campo de concentração de Auschwitz, onde pelo menos 3 milhões de europeus foram encarcerados e mais de 1 milhão foram mortos ao longo de cinco anos. A evolução real da história das “nações germânicas” não poderia contradizer de forma mais decisiva a percepção que Hegel lhes atribuiria, de que “todos os homens são livres por natureza”.

No que tange à África, Hegel (1975, p. 190) dizia o seguinte:

deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente, pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar, e o que porventura tenha acontecido nela — melhor dizendo, no Norte dela — pertence ao mundo asiático e ao europeu. Cartago foi um momento importante e passageiro; mas, como colônia fenícia, pertence à Ásia. O Egito será abordado como transição do espírito humano do Oriente para o Ocidente, mas ele não pertence ao espírito africano. Na verdade, o que entendemos por África é algo fechado, sem história, que ainda está envolto no espírito natural, e que teve de ser apresentado aqui no limiar da história universal¹⁰.

A observação muito debatida de Karl Marx em *O Capital* (MARX, 1978, p. 29)¹¹, sobre a necessidade de virar a dialética hegeliana de cabeça para baixo, de inverter suas proposições, talvez seja especialmente verdadeira e clara quando aplicada às afirmações acima sobre a África. Longe de não haver história africana, sabemos hoje que sem a África não haveria história para toda a humanidade em todos os continentes, pois seus antepassados

¹⁰ N. do E.: *ibid.*, p. 88.

¹¹ N. do E.: cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo, 2017. p. 91.

se originaram da África e migraram para outros lugares. Os cientistas nos dizem que, há apenas 8 mil anos, é provável que os ancestrais das populações atuais da Europa tenham sido de pele escura. É realmente estranho que algum professor lecionando na Europa na década de 1820 pudesse imaginar que tudo o que havia para saber sobre as civilizações africanas já fosse conhecido. Descobrimos que Hegel formulou a ideia de que a África carecia de qualquer movimento histórico, graças ao método tendencioso de definir *África* de tal forma que cada região do continente africano fosse recortada e conceitualmente anexada à Ásia ou à Europa, que por acaso eram conhecidas pelos europeus naquela época como donas de uma história documentada! Segue-se que um hegeliano fiel, seguindo o método de seu mestre, deveria ter afirmado que a Alemanha não fazia parte da Europa, mas da civilização russa, porque o movimento característico da história dos europeus do século XVI foi sua rápida expansão marítima para terras distantes, na qual a Alemanha, praticamente sem litoral, não desempenhou nenhum papel até mais de 300 anos depois.

Tais pontos de vista não eram exclusivos de Hegel, mas, devido à sua condição de filósofo, tiveram um profundo e pestilento impacto na maneira equivocada pela qual os estudiosos europeus concebiam a África, atribuindo-lhe a metáfora de “continente negro” da mesma forma que “idade das trevas”¹² fora usada pela Europa para se referir a certo estágio de sua história medieval, conquanto, no caso da África, adicionando um tom racial à designação. É claro que tal erro conceitual também foi uma contribuição cultural útil para a implacável exploração imperialista dos povos daquele continente, em particular daquela parte destacada como “África propriamente dita”.

Os países imperialistas europeus, por outro lado, longe de definir na “escuridão”, deleitaram-se com a glória das enormes fortunas que fizeram ao sequestrar e escravizar os africanos para transportá-los até as Américas e ao se apropriar contínua e gratuitamente das matérias-primas tropicais e das riquezas minerais não renováveis do continente. Nos territórios controlados no Congo pessoalmente pelo rei Leopoldo da Bélgica, de 1884 a 1908, os habitantes locais do sexo masculino foram forçados a trabalhar de forma não remunerada para coletar borracha natural, enquanto suas famílias eram mantidas reféns. Os trabalhadores considerados recalcitrantes tiveram sua mão direita cortada e posta em exibição permanente para disciplinar os demais trabalhadores. A completa paralisação da economia rural dos pequenos produtores no Congo controlado pela Bélgica precipitou a fome, em consequência da qual se estima que a população, de 20 milhões de pessoas, tenha caído pela metade em menos de três décadas (GONDOLA, 2002).

Sob o sistema econômico capitalista, que tem como motivação apenas fazer dinheiro, as considerações morais se tornam redundantes e são prontamente descartadas. O imperialismo é inerente à própria forma dinheiro, que domina o modo de produção capitalista, e um estudo da história mostra que ele reduz seus agentes a monstros amorais. A Bélgica estava longe de ser única a cometer atrocidades contra populações nativas. A Alemanha, potência de industrialização tardia, demonstrou forte ímpeto de adquirir colônias nas últimas duas décadas do século XIX e, particularmente na Namíbia, recorreu tanto à escravidão de trabalhadores locais quanto ao genocídio de povos considerados insuficientemente cooperativos para com as suas políticas. Os campos de concentração que estabeleceu na Namíbia

¹² N. do E.: em inglês, a semelhança entre as duas expressões comparadas fica mais evidente, já que elas têm um adjetivo em comum: *dark continent* e *dark ages*.

antes da Primeira Guerra Mundial para acabar com a resistência local, dos quais o maior era um campo de extermínio, são amplamente considerados um modelo para os campos de concentração e extermínio criados apenas um quarto de século depois, sob a Alemanha nazista.

Os britânicos foram talvez os mais espertos entre os agentes das potências imperia- listas, pois, embora também tenham dizimado muitos milhões de indianos, submetendo-os a repetidos surtos de fome, em geral não o fizeram com base em métodos de genocídio direto ou uso da força militar nua e crua. Como convinha ao berço da economia política, comumente tudo era feito com base em métodos de exploração econômica e financeira não transparentes e inteligentes, que oprimiram severamente o povo e mataram milhões de fome, mas cujo meca- nismo permaneceu invisível e obscuro não apenas para o público em geral, mas também para a maioria dos acadêmicos. O mecanismo consistia em operar anualmente, por 180 anos, um orçamento superavitário do qual uma grande fração, em média de pelo menos um terço das receitas orçamentárias obtidas por meio de impostos e monopólios de produtos, não era gasta da maneira usual, mas usada para pagar rúpias contra os ganhos excedentes de exportação dos produtores locais, dos quais os impostos já haviam sido cobrados (assim, embora parecessem ter sido pagos, não o foram realmente), enquanto todas as receitas em ouro e em divisas do seu excedente de exportação global iam diretamente para o tesouro britânico¹³.

A exceção à regra, quando a força direta passou a ser usada, foi a primeira década de domínio da Companhia das Índias Orientais, período em que se assistiu a uma fome maciça em Bengala, em 1770, resultante da triplicação de arrecadação de receitas fundiárias ao longo de meros cinco anos, de 1765 a 1770, quando a Companhia aparentemente enlouqueceu de avariza ao adquirir do imperador mongol, em 1765, o *Dewani*, direito de arrecadação de receitas naquela província. Após uma visita às áreas afetadas pela fome, os membros do Conselho da Companhia estimaram que mais de 10 milhões de pessoas, ou um terço da população da província, haviam morrido por inanição, e grandes extensões de terra foram completamente despovoadas (DUTT, 1900, p. 1-2).

Os detalhes da fome de 1770 foram suprimidos de modo tão bem sucedido pelo silêncio que em obras subsequentes, como *The Cambridge economic history of India*, vol. 2 (KUMAR; DESAI, 1984), não há menção à fome de Bengala, que marca o início do domí- nio britânico. Também em livros atuais de historiadores de economia indianos, incluindo aqueles escritos por acadêmicos sofisticados vindos de Bengala, o leitor não encontrará uma única referência à tragédia. Os estudiosos da Índia também não entenderam que a grande fome de Bengala de 1943-1944 deveu-se a uma inflação de lucros deliberada, teorizada por J. M. Keynes e praticada na Índia para fazer com que o povo indiano pagasse pelos gastos de guerra¹⁴. Esse extraordinário estado de coisas e a completa hegemonia intelectual exercida pelo imperialismo são resultado da criação de um sistema de educação colonial e, ao longo de muitas décadas, da inculcação na elite local de uma subserviência intelectual à academia conservadora do Norte — um notável “êxito” dos imperialistas. Isso garantiu que, por meio de silêncios ensurdecadores e atos de omissão, a falsa história produzida pela academia no exterior fosse efetivamente transmitida através de elites educadas locais, e essa falsa história é ensinada aos alunos pelos próprios professores locais, embora a maioria deles o faça de boa fé, sem saber que o que eles ensinam é resultado da colonização da sua mente.

¹³ Para discussão detalhada, ver Patnaik, U. e Patnaik, P. (2021).

¹⁴ Ver Keynes (1930) para uma explicação sobre a inflação de lucros e Patnaik, U. e Patnaik, P. (2021) para uma análise sobre a fome de 1943-1944 em Bengala.



Uma família empobrecida e faminta em Bengala, por volta de 1943. É estimado que mais de 2 milhões de indianos tenham morrido na crise

Superar a colonização da mente é essencial não apenas para obter qualquer progresso acadêmico e econômico real no Sul global, mas também para a busca da verdade em geral e o propósito de livrar as disciplinas desenvolvidas no período do colonialismo e da expansão imperialista de seus fundamentos descaradamente ideológicos, que servem aos interesses de nações e classes específicas à custa das demais. A melhor maneira de combater a falsa história em determinada área é realizar um exame honesto e cuidadoso dos fatos, tanto quanto possível, e interpretá-los à luz da teoria crítica. A única maneira de fazer isso é submeter as teorias recebidas a análises rigorosas e críticas e, sempre que possível, extrair os núcleos racionais, se existirem, de seu invólucro ideológico (para parafrasear a ideia que Karl Marx apresentou, em um contexto um pouco diferente, de resgatar da mistificação idealista o método dialético).

* Professora emérita do Centro de Estudos Econômicos e Planejamento da Escola de Ciências Sociais da Universidade Jawaharlal Nehru, Nova Délhi, Índia. *E-mail*: patnaikutsa@yahoo.com. *Orcid*: <https://orcid.org/0000-0001-7059-6442>

Este artigo é a transcrição traduzida de uma palestra realizada em formato virtual em 25 de janeiro de 2021, no décimo aniversário da revista *Agrarian South: Journal of Political Economy*, durante a SMAIAS-ASN Summer School, originalmente publicado naquela revista (vol. 11, nº 3, 2022).

Declaração de conflito de interesses: a autora declarou não haver potenciais conflitos de interesse com relação à pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.

Financiamento: a autora não recebeu nenhum apoio financeiro para a pesquisa, autoria e/ou publicação deste artigo.

Tradução de Bernardo Schirmer Muratt.

► Texto recebido em 12 de fevereiro de 2023; aprovado em 13 de fevereiro de 2023.

- BARAN, Paul. **The political economy of growth**. London: Pelican Books, 1973.
- CRAFTS, Nicholas F. R. **British economic growth during the industrial revolution**. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- DEANE, Phyllis; COLE, W. A. **British economic growth (1688-1959): trends and structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- DUTT, Romesh C. **Open letters to Lord Curzon on famines and land assessments in India**. London: Kegan Paul, Trench, Trübner and Company Ltd., 1900.
- _____. **The economic history of India**. New Delhi: Publications Division; Government of India, 1970a. v. 1: Under early British rule (1757-1837).
- _____. **The economic history of India**. New Delhi: Publications Division; Government of India, 1970b. v. 2: In the Victorian age.
- FLOUD, Roderick; MCCLOSKEY, Donald N. (Ed.). **The economic history of Britain since 1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. v. 1: 1700-1860.
- _____. (Ed.). **The economic history of Britain since 1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. v. 2: 1860 to the present.
- GONDOLA, Didier. **The history of Congo**. Westport: Greenwood Press, 2002.
- GOUGH, Kathleen. Anthropology and imperialism. **Monthly Review**, p. 12-27, abr. 1968. Disponível em: <<https://faculty.arts.ubc.ca/menzies/documents/MR-019-11-1968-04.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- HARLEY, Charles K.; MCCLOSKEY, Donald N. Foreign trade, competition and the expanding international economy. In: FLOUD, Roderick; MCCLOSKEY, Donald N. (Ed.). **The economic history of Britain since 1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. v. 2.
- HEGEL, Georg W. F. **Lectures on the philosophy of world history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- HILL, Christopher. **Reformation to Industrial Revolution: 1530-1780**. London: Penguin Books, 1969.
- HOBSBAWM, Eric J. **Industry and empire: from 1750 to the present day**. London: Penguin Books, 1972.
- KEYNES, John M. A treatise on money: the applied theory of money. In: _____. **Collected writings of John Maynard Keynes**. Cambridge: Macmillan; Cambridge University Press, 1930. v. 6.
- KUMAR, Dharma; DESAI, Meghnad (Ed.). **The Cambridge economic history of India**. Cambridge: Orient Longman; Cambridge University Press, 1984. v. 2: 1757-1970.
- LANDES, David S. **The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- LIST, Friedrich. **The national system of political economy**. Philadelphia: J. B. Lippincott and Co., 1856.
- MANTOUX, Paul. **The Industrial Revolution in the eighteenth century**. London: Methuen, 1970.
- MARX, Karl. **Capital: a critique of political economy**. Moscow: Progress Publishers. 1978. v. 1.
- PATNAIK, Utsa. Introduction. In: _____. (Ed.). **The agrarian question in Marx and his successors**. New Delhi: LeftWord Books, 2007. v. 1, p. 9-53.
- PATNAIK, Utsa. Misleading trade estimates in historical and economic writings. In: PATNAIK, Prabhat (Ed.). **Excursus in history: Essays on some ideas of Irfan Habib**. New Delhi: Tulika Books, 2011. p. 249-270.
- PATNAIK, Utsa. New estimates of 18th century British trade and their relation to transfers from tropical colonies. In: PANIKKAR, K. N.; BYRES, Terence J.; PATNAIK, Utsa (Ed.). **The making of history: essays presented to Irfan Habib**. New Delhi: Tulika Books, 1999. p. 359-402.
- PATNAIK, Utsa. Ricardo's fallacy. In: JOMO, Kwame S. (Ed.). **The pioneers of development economics**. New Delhi: Tulika Books, 2005. p. 30-41.
- PATNAIK, Utsa; MOYO, Sam; SHIVJI, Issa. **The agrarian question in the neoliberal era: primitive accumulation and the peasantry**. Oxford: Pambazuka Press, 2011.
- PATNAIK, Utsa; PATNAIK, Prabhat. **Capital and imperialism**. New Delhi: Tulika Books, 2021.
- RICARDO, David. **Principles of political economy and taxation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. v. 1.
- SMITH, Adam. **The wealth of nations**. London: Penguin Books, 1986.
- THOMAS, Robert P.; MCCLOSKEY, Donald N. Overseas trade and empire 1700-1860. In: FLOUD, Roderick; MCCLOSKEY, Donald N. (Ed.). **The economic history of Britain since 1700**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. v. 1, p. 87-102.